

## Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede Agora ou nunca

agora ou nunca. Ou o Brasil enfrenta a ameaça das fake news a pessoas, instituições e à própria democracia, ou a polarização e a consequente irracionalidade política vão impedir qualquer tipo de regulamentação para a terra de ninguém em que as redes sociais criam sua realidade paralela e espalham visões deturpadas do mundo.

Se, por um lado, a tragédia histórica no Rio Grande do Sul uniu as instituições e gerou uma onda apartidária de solidariedade, tornou-se também o ambiente ideal para a ação do pântano ideológico, sem lei, escrúpulos e civilidade. As águas do Estado vão baixar, mas o pântano digital não. E as elei-

ções municipais vêm aí... O método é de sempre: captar um detalhe, um episódio, uma fala enviesada ou um erro pontual para generalizar os ataques, criar insegurança, desqualificar pessoas e profissionais e atingir o alvo: o adversário político e ideológico. As armas são as redes sociais, a inteligência está nos algoritmos.

Os algoritmos informavam a campanha de Donald Trump que a prioridade era encontrar qualquer prova de corrupção contra Hillary Clinton. Devassaram a vida dela em vão, o jeito foi improvisar. O uso de emails oficiais para mensagens pessoais se transformou na grande corrupção", no "grande escândalo". Hillary perdeu, Trump venceu.

As águas do Sul do País vão baixar, mas o pântano digital continua. E as eleições vêm aí!

Aqui, um policial exigir documentos de caminhões num posto de fiscalização foi o estopim para as redes e marqueteiros bolsonaristas, o governador Jorginho Mello (SC) e

meia dúzia de deputados massificarem a versão e a sensação de que há boicotes, falsos obstáculos e desvios contra todos os caminhões e ações de socorro. Pior: milhões acreditam e espalham que, como a Terra é plana, os governos não estão fazendo nada no Sul.

Há falhas, excesso de burocracia, falta de experiência ou informação de um agente público daqui e dali, como os que fiscalizam caminhões e cargas em estrada, Sim, e daí? Acontece, faz parte de uma operação de guerra como essa, mas são pontos fora da curva e, muito possivelmente, sem má fé. Impossível generalizar, a não ser por motivação ideológica ou patológica.

**POLÍTICA** 

Se a Câmara estancou a discussão e não votou a regulamentação das redes na hora certa, tem de domar a fera agora e sem deixar terreno fértil para o "outro lado", no Executivo, Judiciário e Legislativo, que defende regras tão rígidas, até draconianas, que impeçam o deba-te político, as devidas críticas e a responsabilização de pessoas públicas e até provocações triviais entre adversários. Nem tanto ao ar, nem tanto ao ar, mas que é agora ou nunca.

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

### Pesquisa Genial/Quaest

# PEC do Quiquênio tem 76% de rejeição

Dados mostram que oito em cada dez brasileiros são contra o pagamento de bônus de 5% a membros do Judiciário e do MP

### **7FCA FERREIRA**

Oito em cada dez brasileiros são contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o pagamento de "bônus" de 5% aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP) a cada cinco anos, o chamado quinquênio. A informação foi levantada pela Genial/Quaest, em pesquisa divulgada ontem.

#### Valorização Senador justifica que bônus seria para valorizar carreiras e evitar fuga para setor privado

Segundo a pesquisa, 76% dos entrevistados são contra a PEC do Quinquênio, enquanto 13% a apoiam e 11% não souberam responder. Foram entrevistadas 2.045 pessoas entre os dias 2 e 5 de maio, com uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC 10/2023 prevê a volta do pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para car-reiras do Judiciário e do MP.

Os mais pobres demonstraram maior apoio à PEC do que os mais ricos. Entre os que ganham até dois salários mínimos, 17% são a favor, enquanto apenas 9% dos que ganham mais de cinco salários mínimos apoiam. Aqueles com renda entre dois e cinco salários mínimos registraram 12% de apoio à proposta, mostra a pesquisa.

A proposta indica que a quantia não entraria na conta do teto salarial dos servi-dores públicos. Hoje, esse valor é o equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 44.008,52.

Na justificativa da PEC 10/2023, Pacheco defende que o quinquênio é uma forma de valorizar as carreiras do Judiciário e do MP, evitando que profissionais desistam de ingressar no serviço público.

Nós não podemos permitir que bons magistrados vocacionados queiram sair das suas carreiras para irem para a iniciativa privada, para a política ou para o exterior porque a atividade da vocação deles deixou de ser atrativa", disse Pacheco.

IMPACTO. A PEC do Quinquênio pode gerar um impacto de R\$ 5,2 bilhões a R\$ 42 bilhões sobre as despesas remuneratórias de servidores públicos, segundo no-ta técnica elaborada pelo Senado. Especialistas avaliam que vai aprofundar a desigualdade de renda entre servidores públicos, em um contexto de necessidade de ajuste fiscal.



pressreader